



PROPOSTA FINANCEIRA

Município: Ernestina/RS

A/C: Secretaria Municipal de Administração

ASSESSORIA PARA O PROCESSO UNIFICADO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES - 2023.

Toda criança no mundo
Deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo
Contra os rigores da vida.
Criança tem que ter nome
Criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome
Ter segurança e estudar.
Não é questão de querer
Nem questão de concordar
Os direitos das crianças
Todos têm de respeitar.
(O Direito das Crianças – Ruth Rocha)

No Brasil, políticas públicas realizadas nas diferentes esferas de governo garantiram avanços significativos na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, como por exemplo, a redução da mortalidade infantil. Entretanto, as desigualdades sociais ainda atingem grande parte das crianças e adolescentes do País, violando seus direitos fundamentais e fazendo com que muitos não cheguem à vida adulta. Isso porque, ao ser excluídos das políticas públicas, esses meninos e meninas correm o risco de ser vítimas de formas extremas de violência.

Homicídios, violência física, violência sexual e violência contra adolescentes no sistema socioeducativo são algumas das questões mais críticas no País em relação à proteção de meninos e meninas contra as violências.

O Artigo 227 da Constituição Federal garante a proteção à criança e ao adolescente, ao afirmar que:





“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Foi a partir do Artigo 227 da Constituição que nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990). Com certeza um verdadeiro marco na história de nosso país. Isso porque, a partir dele, crianças e adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, resguardados pelas leis brasileiras., reafirmando a proteção de pessoas que vivem em períodos de intenso desenvolvimento psicológico, físico, moral e social. Portanto, veio para colocar a Constituição em prática

O Conselho Tutelar é um órgão criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem como objetivo ajudar a família, a sociedade e o Estado a zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Além disso, protege contra toda forma de negligência, exploração e violência.

O Estatuto da Criança e Adolescente estabelece que os Municípios e o Distrito Federal realizarão, através do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, o processo unificado de escolha dos membros do conselho tutelar em todo território nacional que será realizado no primeiro domingo do mês de outubro do ano seguinte à eleição nacional para presidente da república, com posse no dia 10 de janeiro do ano seguinte.

O processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado em todos os Municípios e no Distrito Federal, sob coordenação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescente - CMDCA, observando o disposto no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, na Legislação Municipal, nas Resoluções do CONANDA e nas Resoluções do CMDCA.

Neste contexto, com o intuito de auxiliar o município de Ernestina/RS, a Empresa **Educativa Desenvolvimento Humano**, inscrita no CNPJ nº 14.135.042/0001-44, com sede à Rua Honorato Zilli, 1072, centro, CEP: 99165.000, Camargo/RS, vem pelo presente para apresentar proposta financeira para





assessoria e orientação no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, a realizar-se no dia 1º de outubro de 2023, com posse no dia 10 de janeiro de 2024.

Cumprе destacar que o orçamento apresentado está ajustado as etapas e a forma em que se procederá a escolha dos conselheiros tutelares, estabelecida na legislação federal e municipal, a saber:

OBJETO/Etapas	R\$ Unitário	R\$ Total
Análise da Legislação Municipal – Propor Alterações se necessário	2.000,00	2.000,00
Início de Processo – Reunião CMDCA, Escolha Comissão Especial e Resolução CMDCA e Portaria do Prefeito Municipal.	1.500,00	1.500,00
Elaboração e Publicação do Edital	1.500,00	1.500,00
Acompanhamento e assessoria de todos os processos e procedimentos do processo desde a inscrição até a posse.	3.500,00	3.500,00
Curso preparatório aos candidatos (20 horas), presencial e ou a distância;	180,00 p/hora	3.600,00
Elaboração das Provas teóricas	2.500,00	2.500,00
Aplicação, análise e interpretação dos testes psicológicos.	200,00 P/Candidato	2.000,00
TOTAL		16.600,00

OBS:

O contrato de assessoria será para todo o processo de escolha do Conselho Tutelar e vigorará desde a sua contratação até o dia 11 de janeiro de 2024.

Forma de Pagamento: 40% na publicação do edital; 30% após vencida a etapa da formação, e aplicação da prova teórica e do teste psicológico e 30% após a homologação do resultado da eleição, mediante a apresentação do documento fiscal pela empresa contratada.

Estão inclusos e sob responsabilidade da empresa contratada: despesas com pessoas e encargos, despesas com deslocamento, transporte e alimentação,





retenção de impostos municipais e despesas com matérias necessário a assessoria.

É de responsabilidade do município fornecimento à empresa de toda a legislação municipal pertinente ao objeto do contrato; dispor de espaço físico e suporte necessário (material e humano) para o processo de formação e aplicação das provas e teste psicológico; a aquisição dos testes psicológicos demandados pela empresa; eventuais despesas com a publicação de editais; bem como de responsabilidade do município a relação com o Ministério Público, Justiça Eleitoral, e a condução de todo o processo de eleição dos conselheiros no dia 1ª de outubro de 2023.

A assessoria implica em visitas pessoais da assessoria ao município, sempre que se fizerem necessário e o processo assim exigir e assessoria a distância sempre que o município precisar.

A empresa possui profissionais especializados para a assessoria administrativa, jurídica, pedagógica, psicológica.

Assessor jurídico responsável: Gelson Lodi – OAB/RS 106.613

Contato: (54) 991767175

Validade da proposta: 60 dias

Camargo/RS, 24 de março de 2023.

SAMIR

CASAGRANDE:0

2684436029

Samir Casagrande

Sócio Administrador

Assinado de forma digital
por SAMIR

CASAGRANDE:02684436029

Dados: 2023.03.24 08:51:43

-03'00'

